

**SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO
BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e
Repercussão Geral**

***LEGAL SECURITY IN THE TAX ORDER
BRAZILIAN: the changes in Jurisprudential Understanding and
General Repercussion***

Sandro Baida Garcia Coutinho¹(UEG)

Wilson Clério Paulus² (UEG)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o princípio da segurança jurídica das decisões e a atuação jurisdicional em matéria tributária. Será investigado como as decisões dos tribunais podem garantir a segurança jurídica, servindo como precedentes e estabelecendo jurisprudência. Além disso, será examinado o impacto da segurança jurídica na arrecadação tributária e na economia do país. O estudo contribuirá para a compreensão do sistema tributário brasileiro e para o aprimoramento das leis e normas tributárias. A abordagem metodológica utilizada é descritivo-analítica, com base na análise de doutrina e jurisprudência. Será aplicado o método dialético na análise bibliográfica para gerar sínteses reflexivas e promover a criticidade da pesquisa. O referencial teórico aborda o conceito de segurança jurídica, que é essencial para a realização da justiça no direito. A segurança jurídica é vista como um fato, um valor e uma norma-princípio. Ela envolve a previsibilidade do direito, a proteção das posições jurídicas adquiridas, a estabilidade das situações jurídicas, a confiança no comércio jurídico e a garantia do devido processo legal. O princípio da segurança jurídica é fundamental para o Estado de Direito e deve ser orientador da atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em relação ao direito tributário, a segurança jurídica desempenha um papel crucial devido às controvérsias entre o Fisco e os contribuintes. A análise da atuação jurisdicional em matéria tributária é essencial para compreender como os tribunais interpretam as leis e as normas tributárias e como podem garantir a segurança jurídica das decisões.

Palavras-chave: Segurança Jurídica; Ordenamento Tributário Brasileiro; Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.

ABSTRACT: This study aims to analyze the principle of legal certainty in judicial decisions and its application in tax matters. The focus is on how court decisions can ensure legal certainty by serving as precedents and establishing jurisprudence. Additionally, the impact of legal

¹ Advogado. Bacharel em Direito e Licenciado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Pires do Rio. E-mail: adv.sandrobaida@gmail.com

² Mestre em Ciências Ambientais. Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Pires do Rio. E-mail: wilson.paulus@ueg.br

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

certainty on tax collection and the country's economy will be examined. The research contributes to a better understanding of the Brazilian tax system and the improvement of tax laws and regulations. The methodology employed is descriptive-analytical, based on the analysis of doctrine and case law. The dialectical method will be applied in the bibliographic analysis to generate reflective syntheses and promote critical thinking in the research. The theoretical framework addresses the concept of legal certainty, which is crucial for justice in law. Legal certainty is regarded as a fact, a value, and a normative principle. It encompasses the predictability of the law, the protection of acquired legal positions, the stability of legal situations, confidence in legal transactions, and the guarantee of due process. The principle of legal certainty is fundamental to the Rule of Law and should guide the actions of the Executive, Legislative and Judicial branches. Regarding tax law, legal certainty plays a crucial role due to the disputes between tax authorities and taxpayers. Understanding the judicial role in tax matters is essential to comprehend how courts interpret tax laws and regulations and how they can ensure legal certainty in their decisions.

Keywords: Legal Security, Brazilian Tax Order, Jurisprudential Understanding and General Repercussion.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o princípio da segurança jurídica das decisões e a atuação jurisdicional em matéria tributária. Esse tema é de grande relevância, pois o princípio da segurança jurídica é um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito e tem impacto direto nas relações entre o Estado e os contribuintes.

A análise da atuação jurisdicional em matéria tributária se justifica porque as questões tributárias são frequentemente alvo de controvérsias e disputas entre o Fisco e os contribuintes. Por isso, é necessário compreender como os tribunais têm se posicionado em relação a essas questões e como têm interpretado as leis e as normas tributárias.

Nesse sentido, será importante investigar como a atuação jurisdicional em matéria tributária pode garantir a segurança jurídica das decisões. Será analisado como as decisões dos tribunais podem servir como precedentes para casos futuros e como a jurisprudência pode ser utilizada como instrumento para a estabilidade das relações jurídicas.

Além disso, serão examinados os efeitos da segurança jurídica na arrecadação tributária e na economia do país, já que a previsibilidade e a estabilidade jurídica são fundamentais para o desenvolvimento de investimentos e negócios.

Ainda, o estudo da atuação jurisdicional em matéria tributária em relação ao princípio da segurança jurídica contribuirá para uma compreensão mais ampla do sistema tributário

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

brasileiro e poderá servir como base para o aprimoramento das leis e normas tributárias, visando garantir uma maior segurança jurídica para todos os envolvidos.

O Direito Tributário no Brasil é regido por um conjunto de leis e normas que estabelecem as regras e os procedimentos para a arrecadação de tributos e o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes.

As principais leis que regem o direito tributário brasileiro são Constituição Federal de 1988 que estabelece as bases do sistema tributário brasileiro e define os tipos de tributos que podem ser instituídos pelos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

O Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), sendo a principal lei que regula o Direito Tributário no Brasil, estabelece as normas gerais de direito tributário, tais como os princípios que regem a tributação, as competências dos entes federativos para instituir tributos, os procedimentos para a cobrança e arrecadação de tributos, entre outras questões.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que estabelece normas para a gestão fiscal responsável por parte dos entes federativos, visando ao equilíbrio das finanças públicas e à transparência na gestão dos recursos públicos.

A Lei do Processo Administrativo Fiscal (Lei 9.784/1999) que estabelece as regras e procedimentos para a tramitação de processos administrativos fiscais, tais como a instauração, a instrução, o julgamento e os recursos contra autos de infração e outras decisões fiscais.

A Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980) que estabelece as regras e os procedimentos para a cobrança judicial de créditos tributários, tais como a inscrição em dívida ativa, a execução fiscal e a penhora de bens.

Portanto, é perceptível que a matéria de Direito Tributário pode ser consultada em diversas fontes normativas. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho compreende em analisar o princípio da segurança jurídica das decisões e a atuação jurisdicional em matéria tributária.

Métodos e técnicas de pesquisa

A abordagem metodológica empregada é de caráter descritivo-analítico, baseada na pesquisa que consiste principalmente na análise de doutrina e jurisprudência. O método utilizado na análise bibliográfica é o dialético, que envolve a comparação de aspectos opostos

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

para gerar sínteses reflexivas e promover a criticidade da pesquisa. Isso é essencial para o estudo dos direitos fundamentais e sua proteção judicial.

A pesquisa é importante para examinar as características da atividade judiciária e adequá-la ao sistema jurídico brasileiro, garantindo a observância dos princípios e garantias fundamentais do ordenamento jurídico do país.

Referencial teórico

Conceito de segurança jurídica

Para que o direito possa existir como um fato ou fenômeno social, é necessário que haja a presença de relações sociais. Essas relações podem ocorrer em diversos campos de interesse e, portanto, o direito se apresenta de diferentes formas (REALE, 2017)

Embora possua diversos significados e áreas de atuação, o direito tem uma finalidade principal que pode ser simplificada em um único objetivo: a realização da justiça. Para que o direito alcance sua finalidade principal, que é a de promover a justiça, é imprescindível que haja um princípio fundamental que lhe confira a força coercitiva necessária: a segurança.

A segurança é o elemento que fornece aos membros da sociedade a proteção necessária para que as relações sociais possam ser totalmente desenvolvidas. Isso implica que a segurança jurídica é um objetivo do direito, que está incluído no objetivo maior de alcançar a justiça.

Na sua introdução, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a criação do Estado Democrático, que é fundamentado em valores prioritários, entre os quais se inclui a segurança.

Ao analisar o significado da palavra "segurança", em seu valor semântico, pode-se compreendê-la como algo que não apresenta perigo ou risco, sendo, portanto, protegido e garantido. A segurança é caracterizada pela certeza, confiança e convicção que transmite.

A segurança, que é o tema em análise, assume no âmbito do sistema jurídico uma conotação diferente daquela presente em seu significado linguístico, sendo valorizada tanto no plano jurídico quanto social.

Rawls (1971), filósofo renomado, entende que o direito tem o papel fundamental de

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

estruturar a sociedade de forma a permitir uma cooperação entre seus membros, garantindo assim a manutenção das expectativas recíprocas entre eles.

Pode-se considerar que a segurança jurídica é um instrumento que garante as expectativas recíprocas entre os membros da sociedade e, por isso, é intrínseca ao Direito. Ela busca evitar o arbítrio e garantir a igualdade e a isonomia, sendo essencial em qualquer sistema jurídico.

É possível perceber que o estudo da segurança jurídica pode ser influenciado por diferentes fatores, como o contexto histórico e social em que está inserido. Porém, é notável que sua origem remonta ao Direito Romano, onde institutos como o *iuscertum* e a *Pax Romana* já sinalizavam uma análise embrionária sobre a importância do elemento da certeza no Direito. Com o passar dos séculos e as transformações sociais, o conceito de segurança jurídica evoluiu até chegar ao estágio atual (ÁVILA, 2012).

Ávila (2012), em sua interpretação, compreende que a segurança jurídica pode ser vista sob três perspectivas distintas nos estudos contemporâneos. Em primeiro lugar, a segurança é como um fato; em segundo lugar, é como um valor; e em terceiro lugar, é como uma norma-princípio.

De acordo com a explicação do mesmo autor, a segurança jurídica pode ser entendida como um fato, o que significa que ela se refere a uma realidade que pode ser observada e verificada. Nessa concepção, a segurança jurídica seria o estado concreto de previsibilidade e certeza dos desdobramentos jurídicos das ações e condutas realizadas.

Ainda segundo Ávila (2012), a segurança jurídica como valor estaria ligada a um estado ideal do sistema jurídico, sendo avaliada com base em um juízo de valores preestabelecidos.

Ele ainda argumenta que a segurança jurídica pode também ser considerada como uma norma-princípio, uma prescrição normativa que deve ser observada e aplicada na interpretação e aplicação do Direito. Nessa perspectiva, a segurança jurídica se configura como um princípio fundamental que orienta a atuação do Estado e dos particulares no âmbito jurídico.

A teoria do constitucionalista alemão Alexy (2015) descreve as regras e princípios como normas que podem ser expressas por meio de dever, permissão e proibição, e essa definição é a base para a caracterização da norma-princípio como uma norma.

De acordo com a concepção apresentada, as normas-princípios são caracterizadas por

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

um alto grau de generalidade que excede o que é estabelecido pelas normas-regras, que são normas de comportamento. Os princípios, por sua vez, são entendidos como normas de argumentação.

Segundo Alexy (2015), os princípios são normas que exigem a realização máxima de determinado valor dentro das possibilidades fáticas e jurídicas existentes, configurando-se como mandamentos de otimização.

Sob essa perspectiva, a segurança jurídica como norma-princípio implica em uma diretriz para adotar comportamentos que garantam a realização de uma situação de fato com maior ou menor alcance, e ampliem a capacidade de prever as consequências jurídicas dos comportamentos adotados (ALEXY, 2015).

No presente estudo, adotaremos a perspectiva da segurança jurídica como norma-princípio.

Existem cinco aspectos principais que demonstram a natureza normativa do princípio da segurança jurídica: a previsibilidade do direito; a proteção das posições jurídicas adquiridas; a estabilidade das situações jurídicas; a confiança no comércio jurídico; e a garantia do devido processo legal.

O princípio da segurança jurídica está relacionado ao Estado Social de Direito porque a ordem social só pode ser considerada como tal se garantir a segurança. Acrescenta-se ainda que é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito e consiste na previsibilidade e estabilidade das relações jurídicas. Isso significa que as pessoas devem poder confiar nas decisões tomadas pelos órgãos do poder público e nas leis e normas jurídicas em vigor.

De acordo com Paulsen (2021), o princípio da segurança jurídica é um subprincípio do Estado de Direito, uma vez que se origina desse princípio e o reforça. Dessa forma, a segurança jurídica é vista como uma referência de segurança para o Estado de Direito.

Assim, é fundamental que a segurança jurídica seja o princípio orientador da atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de conferir confiabilidade ao sistema jurídico e, logo, preservar os princípios fundamentais e orientadores do Estado Social (NOVOA, 2000).

Há um descompasso entre o desenvolvimento dos estudos doutrinários sobre segurança jurídica e o aumento progressivo dos níveis de insegurança no ordenamento brasileiro (ÁVILA, 2012).

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

Vivenciamos um momento em que a informação é abundante e há uma grande quantidade de material informativo disponível, incluindo leis, leis complementares, decretos, instruções normativas, pareceres, consultas, livros, artigos, material doutrinário, decisões administrativas e judiciais. Embora essa disponibilidade de informações possibilite uma ampla pesquisa e uma compreensão mais completa, também contribui para aumentar a incerteza, o que pode causar um sentimento de insegurança.

Assim, torna-se evidente a necessidade de encontrar ferramentas que protejam e promovam a aplicação efetiva do princípio da segurança jurídica, garantindo, assim, os direitos fundamentais e a integridade do ordenamento jurídico como um todo.

A presença da segurança jurídica na esfera do Direito Tributário

Embora seja indiscutível que a segurança jurídica apresente as mesmas características quando aplicada a questões tributárias, é relevante destacar que há particularidades decorrentes da natureza da relação obrigacional no campo tributário e do modelo de constitucionalização desse princípio, que devem ser enfatizadas.

Desse modo, pode-se afirmar que o princípio da segurança jurídica não apresenta diferenças na sua composição formal, com relação aos seus elementos e dimensões, no contexto do Direito Tributário em comparação a outros ramos do Direito. Contudo, ele se diferencia em seus fundamentos e eficácia, em decorrência das normas setoriais específicas e dos efeitos peculiares que essas normas podem gerar (ÁVILA, 2012).

O princípio da segurança jurídica tem como objetivo proteger tanto o Estado quanto o indivíduo (contribuinte), com o propósito de garantir a confiança entre ambos. No entanto, é importante destacar que essa proteção não tem a intenção de criar estados ideais, mas sim demonstrar que eles são orientados previamente (ÁVILA, 2012).

Assim sendo, é importante abordar em um primeiro tópico do estudo sobre o conteúdo normativo da segurança jurídica a certeza do direito. Esse conteúdo está ligado ao conhecimento do direito em vigor, bem como aos efeitos jurídicos das ações. Dessa forma, ter conhecimento sobre as garantias constitucionais presentes na Constituição brasileira (como a legalidade estrita, irretroatividade, anterioridade de exercício, anterioridade nonagesimal mínima e anterioridade nonagesimal das contribuições de seguridade social) possibilita uma

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

compreensão mais precisa e adequada da atuação estatal, conferindo segurança no exercício das condutas regidas por essas normas.

A segurança jurídica é um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de um país, pois ela permite que as pessoas possam planejar suas atividades com base em regras claras e estáveis, sem o receio de que essas regras possam ser alteradas arbitrariamente ou de forma imprevisível.

O conteúdo de intangibilidade das posições jurídicas pode ser exemplificado pelos casos mencionados por Paulsen (2021), como no caso do parcelamento de dívida tributária formalizado como ato jurídico perfeito, que gera os efeitos previstos nas normas do Direito Tributário, como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e o direito à certidão negativa de débito. Da mesma forma, as isenções onerosas concedidas por prazo determinado e com base em condições específicas conferem ao contribuinte um direito adquirido que não pode ser revogado ou modificado a qualquer momento, estando garantido pelo artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

O conteúdo normativo de estabilidade das situações jurídicas é evidenciado pelos institutos do Código Tributário Nacional que estipulam prazos para a constituição e exigência compulsória de créditos tributários, além da garantia de estabilidade prevista no artigo 168 do mesmo código. Além disso, há a combinação com o artigo 3º da LC 118/05 que estabelece um prazo decadencial para o contribuinte exercer seu direito ao ressarcimento de indébito tributário por compensação ou repetição.

O conteúdo de proteção à confiança do contribuinte é baseado no princípio de que o cumprimento das normas complementares das leis e dos decretos impede a aplicação de sanções e a cobrança de juros de mora, assim como a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo. Além disso, esse princípio também é observado no Código Tributário Nacional quando são estabelecidos os critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa para o lançamento do tributo.

O conteúdo do devido processo legal é observado tanto na esfera administrativa quanto na judicial, o que demonstra a importância da segurança jurídica como garantia do acesso à jurisdição e do devido processo legal (PAULSEN, 2021).

Em resumo, pode-se concluir que, no contexto tributário, o princípio da segurança jurídica atua como uma salvaguarda da confiança dos cidadãos no Estado ou na administração

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

pública. Em outras palavras, ele garante que os atos praticados pela administração pública não serão modificados abruptamente, proporcionando aos contribuintes de todos os tipos um nível mínimo de certeza, o que facilita previsões financeiras e orçamentárias (NOVOA, 2000).

A variação da interpretação judicial em relação a questões tributárias gera uma grande insegurança em nosso sistema legal, exigindo uma avaliação contínua da atividade jurisdicional e a identificação de novos modelos para garantir a proteção da segurança jurídica.

A segurança jurídica no âmbito das decisões

A tentativa de cumprir o princípio da segurança jurídica e a busca pela padronização de interpretações divergentes é demonstrada através dos vários mecanismos de unificação jurisprudencial existentes. Esses mecanismos são previstos explicitamente nas normas processuais e serão discutidos com mais detalhes no próximo tópico deste estudo.

O objetivo desta busca é estabelecer a primazia da consistência das decisões judiciais emitidas pelos tribunais, estabelecendo condições e regulamentos para a aplicação dos precedentes.

Quando um tribunal possui uma posição consolidada sobre um determinado tema, isso garante a segurança jurídica das decisões e orienta o ordenamento jurídico a seguir por um caminho que a observe.

A partir da criação de precedentes, os tribunais conseguem transmitir confiança tanto para os destinatários da decisão quanto para aqueles que esperam que o direito seja efetivamente aplicado ao caso concreto.

Na seara tributária, a manutenção da estabilidade das decisões jurídicas traz consigo desdobramentos significativos para o contribuinte, tanto em relação ao planejamento de suas atividades, quanto na preservação de situações já consolidadas perante o Fisco, bem como no exercício do seu direito de obter informações sobre a sua situação fiscal e outras circunstâncias relevantes para a normal condução de suas atividades.

A segurança jurídica das decisões pode ser comprometida quando há mudanças de posicionamento sem a existência de alterações normativas que justifiquem o novo entendimento, baseando-se apenas em razões econômico-financeiras ou sociais. Nesses casos, a previsibilidade assegurada pelo posicionamento definitivo previamente estabelecido pelo

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

tribunal é prejudicada.

Para concluir, é crucial enfatizar que é fundamental preservar e aplicar o princípio da segurança jurídica das decisões, a fim de garantir respeito e confiabilidade ao sistema jurídico e ao Poder Judiciário, e também para garantir a previsibilidade para o cidadão comum. É importante que se busque sempre essa segurança e estabilidade, como forma de proteger os direitos dos indivíduos e garantir a ordem jurídica.

A harmonização vertical das decisões judiciais

Como mencionado anteriormente, estratégias de harmonização vertical das decisões judiciais foram introduzidas no Direito brasileiro há algum tempo, tendo como ponto de partida o recurso de revista, que foi previsto nas Ordenações Filipinas, em vigor no Brasil até a Proclamação da Independência.

Os mecanismos processuais têm como objetivo uniformizar as decisões judiciais. De acordo com Lopes Filho (2020), os precedentes judiciais têm se tornado cada vez mais relevantes para o Direito, e isso pode ser atribuído a três razões principais. A primeira é a busca pela segurança jurídica, que antes era buscada na lei, mas agora migrou para os pronunciamentos jurisdicionais, com o surgimento do Estado de Direito Constitucional. A segunda razão é política e institucional, pois a cúpula judiciária busca concentrar em si os novos poderes conferidos ao Judiciário por meio do efeito vinculante de seus julgados. Por fim, a terceira razão é pragmática, pois é cada vez mais fácil acessar os julgamentos dos diversos tribunais.

O primeiro caso a ser citado como um exemplo de instrumento de uniformização vertical de decisões é a súmula vinculante, que foi incluída no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional nº 45, que adicionou o artigo 103-A à Constituição.

Através da súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal pode conferir força obrigatória às suas decisões em matéria de controle difuso. Isso significa que as demais instâncias do judiciário e dos outros Poderes do Estado devem seguir a determinação contida na súmula a partir de sua publicação, pois ela possui efeito vinculante para todos. Essa medida busca garantir a uniformidade e a segurança jurídica das decisões.

Outros mecanismos de compatibilização vertical das decisões incluem aqueles

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

previstos no artigo 932, III do Código de Processo Civil brasileiro, que permite ao relator de um recurso rejeitá-lo se houver conflito com súmula ou entendimento majoritário do próprio Tribunal, de Tribunal Superior ou do Supremo Tribunal Federal.

O artigo 332 do Código de Processo Civil permite que casos idênticos sejam julgados de forma liminar, com a improcedência do pedido, desde que a mesma controvérsia tenha sido decidida anteriormente no mesmo juízo.

É importante destacar que a Emenda Constitucional n. 45 de 2004 trouxe mudanças significativas para a base constitucional do recurso extraordinário, incluindo a adição do § 3º ao artigo 102 da Constituição. Em decorrência desse dispositivo, tornou-se obrigatório que a parte demonstre a existência da repercussão geral das questões constitucionais debatidas no caso em seu recurso.

A disciplina do recurso extraordinário, especificamente a regulamentação do dispositivo constitucional que exige a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais, conforme Código de Processo Civil Brasileiro nos artigos 1035 e 1036.

Essa técnica serve como um filtro para os recursos, evitando que o Supremo Tribunal Federal julgue processos que não tenham repercussão geral. É, portanto, um requisito adicional para a admissibilidade do recurso extraordinário, que deve ser demonstrado pela parte recorrente em uma preliminar.

Diante disso, é fundamental examinar se o procedimento da repercussão geral é adequado, levando em conta o direito fundamental à segurança jurídica.

Ao analisar o direito fundamental à segurança jurídica, é importante destacar que a estabilidade da ordem jurídica é tão importante quanto a sua própria existência. No entanto, é essencial lembrar que a segurança jurídica não pode justificar a imutabilidade absoluta do ordenamento jurídico, pois isso afetaria a sua eficácia.

Segundo a visão de Silva (2003), a segurança jurídica é consequência natural da estabilidade do direito e está intimamente ligada à sua posituação, tendo como base a Constituição e sua validade fundamentada nela. Esse entendimento destaca a harmonia entre a segurança jurídica e a justiça, uma vez que a Constituição tem a função de garantir a aplicação e a efetividade do princípio da dignidade humana, o qual é o centro de todos os outros direitos fundamentais do ser humano.

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

Considerações finais

A partir da análise realizada, conclui-se que as mudanças frequentes na jurisprudência tributária geram um alto grau de insegurança no ordenamento jurídico do Estado, que é caracterizado como tributário. É evidente, portanto, a importância de uma revisão constante da atividade jurisdicional e a adoção de novos paradigmas para garantir a proteção da segurança jurídica.

Dessa forma, tanto por meio de mecanismos explícitos, como a criação de súmulas vinculantes, quanto por meio de mecanismos mais discretos, como os previstos no Código de Processo Civil, é indiscutível que os instrumentos de compatibilização vertical das decisões são essenciais, pois visam a uma maior uniformização do Judiciário e de suas decisões.

Além disso, pode-se compreender que esses mecanismos têm como objetivo proteger a uniformidade das decisões judiciais, a fim de tornar a atividade do judiciário mais eficiente. É exatamente nesse sentido e com esse objetivo que se enquadra a ferramenta da repercussão geral, que busca alcançar a efetivação da racionalização da atividade recursal no Supremo Tribunal Federal.

É importante destacar que a segurança jurídica não se resume apenas à previsibilidade e estabilidade das relações jurídicas, mas também envolve o respeito aos direitos fundamentais, à dignidade da pessoa humana e ao Estado Democrático de Direito. Isso significa que as decisões tomadas pelos órgãos do poder público devem estar sempre em conformidade com a Constituição e as leis, garantindo assim a proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.

Contudo, chega-se a compreensão de que a finalidade da repercussão geral é acelerar o julgamento de casos de grande relevância e importância, reduzindo a carga de trabalho do Supremo Tribunal Federal com a análise de casos não significativos, cujas soluções não contribuem para a padronização das decisões judiciais.

Assim sendo, compreende-se que a busca pela observância do princípio da segurança jurídica e da uniformização das decisões divergentes vem sendo alcançada gradativamente mediante a criação de diversos mecanismos de uniformização jurisprudencial. No entanto, é indispensável uma avaliação contínua e ajuste desses mecanismos à evolução da realidade social.

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Constitucionalismo discursivo*. Tradução de Luís Afonso Heck. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. 5. tir. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017.

ÁVILA, Humberto. **Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Código de Tributário Nacional. Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966.**

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).**

BRASIL. **Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980**. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo**. 3. ed., rev. São Paulo: JusPODIVM, 2020.

MACHADO, Hugo de Brito. **Direitos fundamentais do contribuinte e a efetividade da jurisdição**. São Paulo: Atlas, 2009.

NOVOA, César García. *El principio de seguridad jurídica en materia tributaria*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2000.

PAULSEN, Leandro. **Constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**.

17. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado/ESMAFE, 2015.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**. 12. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2021.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 63.

COUTINHO, Sandro Baida Garcia; PAULUS, Wilson Clério. **SEGURANÇA JURÍDICA NO ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: as mudanças de Entendimento Jurisprudencial e Repercussão Geral.**

RAWLS, Jonh. **A theory of justice.** Cambrigde: Belknap, 1971.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito.** 27. ed. 20. tir. rev. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro.** São Paulo: RT, 1963.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do sistema constitucional tributário.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

VERDÚ, Pablo Lucas. **O sentimento constitucional:** aproximação ao estudo do sentir constitucional como de integração política. trad. e pref. Agassiz Almeida Filho. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. Questão de repercussão geral (§ 3º do art. 102 da Constituição Federal) e a admissibilidade do recurso extraordinário. **Revista Dialética Processual**, São Paulo, n. 30, p. 30-72, 2005.

Recebido em 01/09/2023

Aprovado em 01/10/2023